

A HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES EM MATO GROSSO

Rosinete Maria dos Reis
UFMT

A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

A criação dos grupos escolares em Mato Grosso surgiu no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da cultura popular. Denominada inicialmente de escolas “graduadas, seriadas ou centrais”, esse modelo pressupunha um sistema de ensino mais ordenado e de caráter estatal, com um programa enciclopédico, de acesso obrigatório e universalizado.

A organização das escolas em grupos, a partir de agosto de 1910, presumia um novo modelo de instituição desde sua estrutura física até as relações intra-escolares constituídas de acordo com a racionalidade científica e a divisão do trabalho do professor e dos outros funcionários (diretor, aluno, porteiro e serventes). Delineou-se naquele momento uma política de formação e de escolha de dirigentes para a educação, por meio de mecanismos tanto de estímulo, quanto de punição. No reforço à autoridade e na divisão de responsabilidades, esperou-se maior empenho para instruir a população.

A criação dos grupos escolares foi um projeto inovador para a época, tanto por reunir num mesmo prédio várias crianças e professores sob a orientação e a administração de um professor que assumia a função de Diretor, quanto por permitir a organização do ensino em séries, possibilitando ao docente maior dedicação à instrução de crianças com o mesmo nível de aprendizado. Em razão dessa nova sistemática, foi possível introduzir as classes e as séries, compatibilizando o ensino à idade e ao estágio de aprendizagem das crianças. A tarefa primeira dessa instituição, era de garantir, por meio da instrução, que a população em seu conjunto fosse homogeneizada, e, para tanto, o conhecimento das primeiras letras e das noções de coisas era requisito básico.

A organização dos programas e dos currículos dos grupos escolares Mato-Grossenses estavam intimamente ligados à organização do tempo escolar e, conseqüentemente, aos métodos adotados e à distribuição das turmas e das classes. Com o aumento da demanda por escolarização, os prédios tiveram de se adequar aos princípios pedagógicos modernos, e sua arquitetura deveria atender à divisão de sexos e às diferentes jornadas: manhã, tarde e noite. Tais mudanças permitiram a ampliação do espaço de

trabalho da mulher nas escolas e na sociedade, uma vez que elas foram divididas em seções masculinas e femininas, possibilitando a participação de um número expressivo de alunas nas Escolas Normais.

Os grupos escolares passaram a ter, antes de tudo, uma força moral, cívica e educativa, sendo responsáveis pela ordem temporal da vida social dos alunos, com horários determinados de entrada e de saída da instituição, bem como de descanso.

FONTES E MÉTODOS DA PESQUISA

A pesquisa objetivou a compreensão dos processos de construção de normas regulamentadoras e produtoras de relações pedagógicas no interior dos grupos escolares, que acabaram por gerar discursos, modos de pensar, hábitos e atitudes veiculados como “corretos”, e, em muitos aspectos, incorporados pelos profissionais da educação.

O estudo firmou-se ainda no objetivo de recuperar e reconstruir, sob um novo olhar, o modelo institucional adotado até então nas escolas públicas de Mato Grosso. Desmascarando certas verdades complacentes que acabaram por gerar problemas contemporâneos, protegidos com desvelo nos discursos ou nas práticas dos atores e espectadores do contexto educacional. A organização curricular seguida de critério de seleção dos conteúdos, agrupamentos dos alunos em classes e por séries e reprovação foram entendidos como fatores decorrentes da apropriação e disseminação do modelo de organização a partir dos grupos escolares.

Como método, optou-se por realizar uma pesquisa investigativa privilegiando o uso de fontes documentais, disponíveis no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), como relatórios da diretoria, mensagens governamentais, regulamentos da Instrução Pública Primária, regimento interno dos grupos escolares, entre outros. Foram feitas leituras, análises de jornais e periódicos publicados na época, que abordaram questões referentes à temática.

A tarefa de compreender o significado e as inovações trazidas pelas Reformas da Instrução Pública primária em Mato Grosso de 1910 a 1927, exigiu muita atenção e cuidadosa análise, também, das representações constantes no discurso dos reformadores acerca da organização escolar e dos métodos de ensino utilizados e apropriados por outros sujeitos da reforma: autoridades políticas, diretores de escola, pais de alunos e, principalmente, pelos professores e alunos.

A escolha do objeto da pesquisa foi decorrente de investigação preliminar em que se identificaram vários estudos sobre a história da educação em Mato-Grosso na passagem do século XIX para o século XX, dentre os quais em nenhum deles o Grupo Escolar mereceu papel de destaque. Assim sendo, no presente trabalho houve a apropriação de um objeto de estudo distinto daqueles presentes em estudos anteriores, dos quais retomo algumas discussões, focalizando novas questões e formulando novas problematizações.

A opção pelo recorte cronológico e temático circunscreveu-se na reconstrução de um aspecto ainda pouco abordado pela historiografia regional, visando contribuir para o aprofundamento de pesquisas futuras.

A periodização escolhida (1910-1927) deu-se por dois motivos centrais: primeiro, por nos ter permitido investigar em que medida as reformas educacionais ocorridas em Mato Grosso acompanharam a mudança do regime político, já que elas foram pensadas no interior de um amplo movimento de reordenação social, segundo, por nos ter possibilitado compreender o processo de reconstrução da escola pública primária mato-grossense, a qual temos como legado.

No cotejo das diferentes fontes já citadas, buscou-se analisar e compreender a estrutura organizacional dos Grupos Escolares em Mato Grosso, valendo-se do conceito de apropriação e representação de Roger Chartier, quando ele diz que: (1990, p. 27), “a análise do trabalho de representação tem em vista identificar as classificações e exclusões que constituem na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou espaço”. Por outro lado a apropriação tal como o autor a entende visa à elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem.

A IMPLANTAÇÃO

No início do século XX, Pedro Celestino Corrêa da Costa assumiu a presidência do Estado de Mato Grosso - primeiro mandato, de 12 de outubro de 1908 a 15 de agosto de 1911, num período de dois anos, 10 meses e três dias. Durante sua administração, apresentou um extenso programa governamental, tendo sido o principal objetivo industrializar o Estado oferecendo a infra-estrutura necessária. Percebeu-se então que, para proceder a essa reforma e conseguir atingir sua meta, deveria modernizar o sistema escolar. Ao perceber a precariedade da rede pública de ensino, Pedro Celestino realizou uma

reforma no ensino primário, quatro dias após sua posse no governo, começando pela implantação dos grupos escolares mediante um Regulamento promulgado nas primeiras décadas do século XX. Nele, reafirmava-se que o futuro da instrução popular era a base fundamental de todo o progresso social. Seguindo esse objetivo, conseguiu elevar o número das escolas isoladas, que, de 42, em 1908, passou a 104, em 1909, desencadeando um significativo aumento do número de crianças matriculadas.

Pedro Celestino realizou seu intento no ano de 1910, e os pressupostos da reforma consistiam em criar os grupos escolares, destinados a reunir em um só estabelecimento várias escolas isoladas. Segundo Amâncio (2000, p. 83), “A reforma da Instrução Pública, foi consubstanciada por um Regulamento no ano de 1910 que se constituiu num instrumento chave, pois ele vai desencadear uma série de ações e decisões muito importantes para o ensino em Mato Grosso”.

Esse Regulamento, aprovado pelo Decreto n° 265 de 22 de outubro do mesmo ano e composto por 215 artigos, acenava para uma nova direção da Instrução Pública em Mato Grosso.

Como não havia no Estado professores considerados qualificados para executar semelhante reforma, o governo estadual resolveu buscar em São Paulo três professores paulistas para assumir tal responsabilidade: Leowigildo Martins de Mello, Gustavo Kuhlmann e Waldomiro de Oliveira Campos. Em outubro de 1910 assumiram a tarefa de reorganizar o ensino no estado, começando com a criação da Escola Normal e de dois grupos escolares na capital, amparada pelo decreto n. 108. O professor Leowigildo Martins de Mello, foi nomeado Diretor da Escola Normal e Modelo anexa, propiciando uma Revolução no ensino.

O novo modelo, representado pelo Grupo Escolar, simbolizou a materialização do ideal de renovação pedagógica defendido por intelectuais e administradores do ensino público mato-grossense, entendido como condição para a modernização da escola pública e responsável pela formação do cidadão republicano.

A ESCOLA MODELO

A Escola Modelo “Barão de Melgaço” foi uma instituição de ensino primário que serviu de “oficina pedagógica” para os alunos da Escola Normal, além de ser o espelho para as demais escolas primárias do Estado. Algumas normas administrativas e pedagógicas foram criadas a fim de regulamentar essa instituição de ensino, que representava a inovação pedagógica e tinha como dupla função: lecionar as primeiras letras aos alunos do ensino primário e destinar-se a prática pedagógica obrigatória dos alunos do 2º e 3º anos normais. De acordo com o Regulamento da Escola Normal, decreto nº 353, cap. 12, art. 131, ficou estabelecido que anexo a ela haveria um Grupo Escolar. Conforme diz o parágrafo único: “O Grupo Escolar será denominado “Escola Modelo anexa” e será destinado a preparar preliminarmente as crianças de ambos os sexos e a prática dos alunos do 3º ano e do 4º ano do curso Normal, servindo de *typo* para todos os grupos escolares do Estado”. Oportunizava-se aos normalistas que colocassem em prática o que aprendiam na teoria. Estudavam no período da manhã, na Escola Normal, e, à tarde, lecionavam nas turmas de ensino primário, na Escola Modelo.

Os professores paulistas, bem como as autoridades educacionais mato-grossenses, com base nos ideais de Caetano de Campos, argumentavam em seus Relatórios e nos discursos que proferiam a idéia de que seria impossível ser mestre em tais assuntos sem antes praticar; portanto, para ensinar era preciso, antes de tudo, aprender como fazer.

A Escola Modelo era composta de 10 classes e funcionava inicialmente em regime de cinco anos; compreendia o curso elementar (4 anos) e o complementar (1 ano); e era dividido em seções masculina e feminina, cabendo às mulheres lecionar somente para as primeiras séries do ensino primário. Só a partir de 1922 é que essa instituição passou a ter a mesma estrutura do Grupo Escolar, com a redução do seu curso para quatro anos.

O corpo administrativo era constituído pelo Diretor da Escola Normal, por um professor adjunto, um porteiro e dois serventes. Conforme estabelecido no art. 132 do Regulamento da Escola Normal, “a Escola Modelo, que é parte integrante da Normal, será dirigida pelo Diretor desta última e obedecerá à orientação pedagógica que lhe imprimir a congregação da Escola Normal”, estes dados são também apresentados no quadro demonstrativo dos funcionários dos grupos escolares (MATO GROSSO, 1914).

À Escola Normal caberia o conhecimento científico, e, à Escola Modelo, a aplicação dos fundamentos adquiridos pela teoria, ou seja, colocar a teoria em prática.

A Escola Modelo, na visão dos intelectuais de Mato Grosso, era mais que simples escola de prática de ensino: ela deveria ser uma instituição modelar, paradigma de escola primária a ser seguido pelas demais.

Além disso, era também a garantia de reafirmar o *status* do professor, pois esses normalistas, depois de formados, teriam a preferência nos concursos destinados ao preenchimento de cadeiras dos cursos primários da rede estadual. A Escola Modelo inspirou o ideal de escola gratuita e estatal e o uso do termo “modelo”, significava reportar àquilo que era tido como ideal.

A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A educação em Mato Grosso, logo após o advento da República, foi pensada no interior de um processo modernizador que pretendia equipará-la aos padrões dos Estados mais desenvolvidos da nação, e, nessa direção, a população deveria ser formada para bem retratá-la diante dos mais “cultos”. Sob essa orientação, as escolas foram incorporadas a um sistema mais amplo da Instrução Pública, cuja estrutura organizacional tinha no topo da pirâmide os presidentes de Estado, seguidos dos Diretores Gerais, da Inspeção, dos Diretores das escolas e, por fim, dos os professores e alunos.

A organização do sistema escolar dentro desse encadeamento tinha por base novos e sofisticados elementos estruturais, implementados para garantir maior sustentação à instrução pública, importante ramo da administração na primeira República.

Foi a partir de 1910, com a Reforma da Instrução Pública nesse mesmo ano e a implantação dos grupos escolares e da Escola Normal, que o ensino em Mato Grosso passou a revestir-se de maior importância. Essas instituições começaram a funcionar como focos de atração e como local especificamente criado para formar os futuros cidadãos mato-grossenses.

Para melhor compreender a estrutura organizacional da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso é preciso considerar que ela se constituía mediante a nítida divisão entre o ensino primário e o secundário: aquele seria ministrado nas escolas isoladas, urbanas e rurais, e nos Grupos escolares; este seria administrado no Liceu e nas Escolas Normais. Todavia, essa caracterização preliminar deve ser compreendida como hierárquica em relação ao tratamento dispensado a cada uma dessas escolas. Pela fala oficial, pode-se dizer que essa ordem era estendida até mesmo para a qualidade do ensino, sendo possível

perceber em ordem crescente tal hierarquização: isoladas rurais e urbanas, reunidas, grupos escolares, Escola Modelo e complementar e, por último, a Escola Normal. Essa escala foi estabelecida pelas diferenças das condições materiais, da formação dos professores, dos tipos de orientação e fiscalização a que estava submetida. As piores condições, conforme as falas oficiais, estavam, sem dúvida, localizadas nas escolas isoladas, sendo elas objeto de preocupação constante nos Relatórios de diretores e inspetores.

Dentro dessa lógica inovadora, a estrutura organizacional dos grupos escolares seguia o seguinte direcionamento: a) os Grupos Escolares eram instituições subordinadas à autoridade do Diretor Geral da Instrução Pública e dos Inspetores Escolares, assim como do Governo do Estado; b) reuniria em um só prédio de oito a dez classes, divididas em duas seções: masculina e feminina; c) cada classe deveria conter, no máximo, 45 alunos, e, no mínimo, 16; d) o corpo administrativo e pedagógico seria composto por um Diretor (que era também professor), um professor adjunto para cada classe, um porteiro e dois serventes.

De acordo com o artigo primeiro do Regulamento de 1910, a estrutura organizacional do ensino primário no Estado de Mato Grosso determinava que o ensino seria leigo e financiado à custa dos cofres públicos estaduais, conferindo a todos os indivíduos, de ambos os sexos e sem distinção de classes nem de origem, o direito de acesso à educação escolar.

Conforme dados do referido Regulamento, o ensino primário estruturava-se em quatro modalidades: grupos escolares e escolas isoladas - urbanas e rurais-, sendo que os primeiros somente seriam criados, pelo governo, nas sedes dos distritos em que houvesse, no mínimo, seis escolas no perímetro fixado, reunindo-as em um só prédio.

Os grupos escolares organizavam-se seguindo os preceitos dos Regulamentos da Instrução Pública, fixando que as escolas seriam divididas em seção feminina e seção masculina, e o ensino ministrado por professoras.

Os grupos escolares também enfrentaram dificuldades diversas devido à falta de verbas, gerando más condições físicas, falta de manutenção dos prédios, precariedade de materiais escolares, má formação e baixos salários do corpo docente, além das dificuldades dos professores em assimilar a nova metodologia de ensino imposta por essa estrutura organizacional.

A proliferação dos grupos, também chamados de “palácios-escolas”, deveria marcar definitivamente o fim da prática de se ministrar aulas nas casas dos professores, tão

comum nos tempos imperiais. Aos novos edifícios atribuía-se uma função pedagógica expressa por Souza (1998, p. 123): “os edifícios dos primeiros grupos escolares puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar, dar-se a ver!”.

A ARQUITETURA DOS “PALÁCIOS-ESCOLAS”

No limiar do regime republicano, os grupos escolares de Mato Grosso, a exemplo de outros Estados da federação, tiveram uma estrutura especial para sua instalação. Quanto à arquitetura dos edifícios escolares no Estado de São Paulo, Souza (1998, p. 48) diz que os grupos escolares foram instalados em edifícios especialmente construídos para tal finalidade. Sua arquitetura compreendia belíssimas construções, “[...] uma arquitetura monumental e edificante que colocava a escola primária à altura das suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar e divulgar a ação do governo”.

O edifício escolar manteve historicamente a função de servir também como suporte para outros símbolos, que estivessem de acordo com os valores e interesses religiosos, morais, e nacionais da sociedade da época. Suporte para escudo e bandeiras, imagens de pessoas ilustres, imagens religiosas, e aqueles mais próximos da história da instituição, como quadros de honra, fotografias de ex-alunos, imagens de patronos da escola, ou de festividades consideradas marcantes.

É possível percebermos hoje, que o modelo arquitetônico escolar eleito nas primeiras décadas republicanas, como padrão para os grupos escolares, constituiu-se em mais um dos elementos que contribuiu para o engrandecimento da educação. Os prédios escolares construídos no período republicano significaram uma inovação no âmbito das construções escolares, atendendo aos postulados do higienismo e do racionalismo traziam consigo novas formas de pensar a educação e o ensino. Além disso, Cordeiro ressalta que: “em Mato Grosso, a edificação das escolas com inspiração neoclássica representava o novo, a sofisticação, semelhante à tecnologia já utilizada nas obras paulistas e cariocas” (1996, p. 36). Conclui-se que o estilo arquitetônico, adotado nos grupos escolares de Mato Grosso, como também os projetos educacionais pensados para a época, traduziam no seu bojo, os traços culturais predominantemente de uma elite dominante, que para manter-se como tal, buscava reproduzir mimeticamente a expressão estética do poder que exercia. Como já dizia o antropólogo brasileiro Dayrell (1996, p.12):“A arquitetura e a ocupação do espaço

físico não são neutras. O espaço arquitetônico da escola expressa uma determinada concepção educativa”. Verificou-se que a escolha dos imponentes edifícios não foi neutra, por trás de suas paredes havia uma série de valores, modelos imbuídos que se desejava implantar na sociedade. Foi possível ainda identificar que os edifícios descritos comportam uma historicidade, retratam um momento histórico e se configuram como um registro, uma fonte, um documento, um legado da Primeira República exposto na paisagem urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período que compreende a primeira República, os avanços alcançados pela instrução permitiram que a escola pública primária fosse reinventada tanto em suas bases organizacionais como funcionais. Tais avanços acompanharam as mudanças sociais que também ocorriam no âmbito nacional e que proporcionaram rompimento com as antigas estruturas pedagógicas do sistema escolar. A base de toda essa mutação teve como pressuposto a idéia de que a instrução deveria ser ampliada de forma que atingisse toda a população do Estado. Nessa direção, a busca por instrução adquiriu proporções inesperadas, culminando com um aumento qualitativo e quantitativo das escolas e desencadeando um rompimento com as concepções vigentes no antigo regime.

A expansão da escolarização pretendida pelos republicanos paulistas no início do regime estava ancorada num conjunto de concepções que, além de fornecerem estratégias de ação, serviam para explicar as medidas adotadas para se governar o país. Nesse sentido, é possível analisar as tentativas de difusão da escola pública leiga e gratuita, observando os múltiplos argumentos utilizados quando se tratava de justificar a importância das medidas adotadas.

Embora os líderes dos movimentos escolares tivessem diferentes visões de Ciência, todos pensavam que a forma científica de organizar as atividades escolares e o desenvolvimento moral das crianças era progressivo. Sob o paradigma da modernidade, deveriam ser produzidos cidadãos imbuídos da lógica de organização social que se impôs e se enraizou legitimando-os como verdadeiros *Palácios da Instrução*.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso**: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX. Tese (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília, São Paulo, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. Brasiliense: São Paulo, 1989.

MATO GROSSO. Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910. Regulamenta a Instrução Pública Primária. **Coleção de Leis e Decretos**. Cuiabá: [s.n.], 1910. APMT - Livro n. 213, p. 119-153.

_____. Decreto nº 68, de 20 de junho de 1896. Regulamenta a Instrução Pública Primária. **Coleção de Leis e Decretos**. 1893 a 1896. Cuiabá: [s.n.], 1896. APMT - Livro n. 4, p. 66-100.

_____. Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927. Regulamenta a Instrução Pública Primária. **Coleção de Leis e Decretos**. Cuiabá, [s.n.], 1927. p. 163-227. APMT.

_____. **Decreto nº 353, de 13 de janeiro de 1914**. Dá novo regulamento à Escola Normal e Modelo Anexa. Cuiabá 13 jan. 1914. APMT.

REIS, Rosinete Maria Reis. **Palácios da instrução**: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927). Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998.